COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.415, DE 2013

Acrescenta dispositivo ao Código Civil para dispor que o proprietário de veículo automotor que o emprestar a condutor devidamente habilitado não responde pelos danos que este vier a causar a terceiros.

Autor: Deputado MÁRCIO MARINHO

Relator: Deputado ANTÔNIO BULHÕES

I – RELATÓRIO

Busca a proposição em apreço acrescentar dispositivo ao Código Civil, dispondo que o proprietário de veículo automotor que o emprestar a condutor devidamente habilitado não responde pelos danos que este vier a causar a terceiros.

Tal dispositivo, nos termos propostos, não se aplicaria às hipóteses previstas nos arts. 932 e 933 do mesmo Código.

Alega, para tanto, que a jurisprudência pátria consolidou o entendimento de que, uma vez provada a responsabilidade do condutor, o proprietário do veículo é solidariamente responsável pelo dano eventualmente causado a terceiro, mas esse entendimento não estaria em consonância com o Código Civil que, em seu art. 186, estabelece que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, para em seguida determinar, no art. 927, que “aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 5.415, de 2013, não apresenta qualquer vício em relação à Constituição Federal, não havendo nenhuma objeção quanto aos pressupostos de constitucionalidade.

Foram obedecidos os requisitos de constitucionalidade formal e material, estando correta a iniciativa legislativa.

Encontra-se também de acordo com o sistema vigente, sendo de se reconhecer sua juridicidade.

Nada há a obstar, ainda, no tocante à técnica legislativa utilizada na proposição.

No tocante ao mérito, entendemos que o projeto deve prosperar.

É nossa posição que, apesar de haver uma inclinação jurisprudencial de nossos tribunais de que o proprietário do veículo é solidariamente responsável pelo dano eventualmente causado a terceiro, tal entendimento é injusto porque traz uma responsabilização objetiva pelo simples fato de ser a pessoa proprietária de um bem, independente de culpa, causando severos prejuízos a quem não deu nenhuma causa ao ato lesivo.

O empréstimo, mera liberalidade do proprietário do veículo, não deve gerar gravame para quem não causou qualquer espécie de prejuízo.

Parece-nos lógico, então, que, verificada a existência de culpa por parte do agente causador do dano, é este quem deve ter a obrigação de repará-lo.

A responsabilização do proprietário do veículo deve ser restrita, então, aos casos descritos nos arts. 932 e 933 do Código Civil, hipóteses em que são responsabilizados os pais, tutores e curadores, os empregadores, além de outros casos.

Todavia, é nosso entendimento, também, que o projeto merece duas modificações com vista a aperfeiçoá-lo, o que assim faremos na forma de substitutivo do Relator.

Inicialmente, propomos a alteração da numeração do dispositivo acrescentado, em razão da sua pertinência temática.

Além disso, consideramos importante que o proprietário do veículo seja solidariamente responsável se o emprestar a condutor que esteja sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

Assim, apresentamos o voto pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.415, de 2013, na forma do substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANTONIO BULHÕES
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.415, DE 2013

Acrescenta dispositivo ao Código Civil para dispor que o proprietário de veículo automotor que o emprestar a condutor devidamente habilitado não responde pelos danos que este vier a causar a terceiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta dispositivo ao Código Civil para dispor que o proprietário de veículo automotor que o emprestar a condutor devidamente habilitado e que não esteja sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência não responde pelos danos que este vier a causar a terceiros.

Art. 2º. A Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 933-A:

“Art. 933-A. Salvo nos casos dos arts. 932 e 933 deste Código, não responde pelos prejuízos causados a terceiro o proprietário de veículo automotor que o emprestar a condutor devidamente habilitado e que não esteja sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.”

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ANTONIO BULHÕES

Relator